



Sem título – Natália Gregorini, técnica mista

REPENSANDO A CLASSE TRABALHADORA: ONDE FICA O TRABALHO REPRODUTIVO?

Rethinking the working class: where is the reproductive work?

Marcela Piloto de **PROENÇA**¹ (GMarx/São Paulo, Brasil)

RESUMO: *Este ensaio tem como objetivo apresentar e discutir a questão do trabalho reprodutivo no capitalismo a partir das abordagens de duas autoras: Silvia Federici e Roswitha Scholz. Importa, principalmente, compreender a dimensão e a natureza da reprodução social, a fim de abordar a subjugação feminina dentro dos alicerces da teoria marxista do trabalho e do valor.*

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho reprodutivo; Valor; Mulheres; Capitalismo

ABSTRACT: *This essay aims to present and discuss the issue of reproductive work in capitalism based on the approaches of two authors: Silvia Federici and Roswitha Scholz. The main objective is to understand the dimension and nature of this kind of labor, in order to address female subjugation within the foundations of the Marxist theory of work and value.*

KEYWORDS: Reproductive work; Value; Women; Capitalism

Introdução:

O tema do trabalho é candente a qualquer pensador ou pensadora do meio social. Na compreensão do capitalismo ele é o eixo central, origem do valor e da exploração, conceitos que entrecortam toda a nossa estrutura socioeconômica. Sendo assim, pensar o trabalho é atividade primordial a todos os marxistas ou críticos da realidade. Os sujeitos por trás do conceito, então, também são nossos protagonistas. Vamos a eles.

Quem é a classe trabalhadora?

“Aqueles que vendem sua força de trabalho” seria, talvez, a primeira resposta. A questão, aparentemente simples, carrega em si uma série de embustes quando tentamos criar uma imagem desse grupo. O operário certamente nos vem em mente. Não atoa o proletariado foi o grupo eleito como representante universal da classe trabalhadora. Ainda assim, sabemos que esta classe é muito mais diversa e complexa e podemos unir a

¹ Bacharel em História pela USP, membra do GMarx

esses uma série de outros trabalhadores e trabalhadoras: camponeses, alguns setores de servidores públicos, trabalhadores braçais diversos...

Mas nos cabe ampliar ainda mais nossas lentes para um todo mais multifacetado e nebuloso, para além dos lugares comuns do nosso imaginário. As transformações do mundo do trabalho nas últimas décadas e a generalização da informalidade, colocaram para o centro da cena novos (velhos) trabalhadores – entregadores, ambulantes, catadores serviços domésticos terceirizados, motoristas de aplicativo entre outros – tornando cada vez mais difícil apreender um ideal de classe trabalhadora, principalmente no terceiro mundo que, aliás, nunca existiu.

Não se pretende aqui analisar as simbologias por trás do termo, mas esta breve reflexão nos serve de gatilho para nos aproximarmos do tema de interesse. Este ensaio tem como objeto um trabalho tão antigo quanto o próprio ser humano, mas que nunca protagonizou qualquer imagem de classe trabalhadora: o trabalho reprodutivo, que serviu e serve de instrumento cabal para acumulação capitalista. O objetivo é fazer um balanço a partir de duas autoras expoentes no assunto, Silvia Federici e Roswitha Scholz, com a finalidade de se discutir a natureza do trabalho reprodutivo dentro do capitalismo.

De início cabe ressaltar que em uma definição clássica de classe trabalhadora, as trabalhadoras de seus lares estariam automaticamente excluídas, afinal não vendem sua força de trabalho, esta é exercida gratuitamente. É preciso considerar, principalmente no Brasil, a existência de um grande grupo de mulheres que vendem sua força de trabalho para outras famílias em troca de salário, realizando trabalho doméstico. Isto não altera o fato, no entanto, que ao chegarem em suas próprias casas essas mesmas mulheres realizem – sem qualquer tipo de prestígio ou remuneração – a reprodução social de suas próprias famílias. Sendo assim, o que nos interessa aqui é refletir acerca do papel que o trabalho doméstico-reprodutivo cumpre no capitalismo, bem como sua relação com o trabalho produtivo e os processos de valorização e, por assim dizer, com a força de trabalho e a classe trabalhadora.

O que é o trabalho reprodutivo:

A reprodução social diz respeito à procriação, a criação de novos indivíduos e a reprodução familiar. O que se tem lançado luz desde a década de 1960 é que o ato de reproduzir a vida no capitalismo consiste em um trabalho não remunerado que serve de sustentáculo para acumulação de capital. É preciso ter se em conta que o trabalho reprodutivo contempla não apenas a reprodução biológica da vida, mas tudo que se faz necessário para sua sobrevivência e criação: o cuidado com a casa, alimentação, educação e, ainda, o afeto.

Neste sentido, a criação dos filhos, mas também o próprio cuidado com a casa, com o marido e outros familiares (principalmente os idosos) – historicamente exercidos por mulheres – permitem a sobrevivência e, inclusive, o trabalho fora de casa. Essas atividades, como veremos ao decorrer do texto, foram associadas à maternidade e a feminilidade, sendo naturalizadas enquanto destino biológico feminino, possibilitando, assim, o ocultamento do caráter de trabalho dessas atividades. As duas autoras que serão apresentadas, procuram discutir tanto esse processo de ocultamento e as transformações

do trabalho reprodutivo com a construção do capitalismo, quanto sua substância e importância na compreensão do capitalismo de forma mais totalizante.

Silvia Federici, historiadora e militante feminista italiana, dedica-se principalmente em compreender de que forma o trabalho reprodutivo foi invisibilizado como produtor de valor e naturalizado como biologicamente feminino, além de debater estratégias e abordagens da esquerda e do feminismo para com o tema. Roswitha Scholz, intelectual alemã, a partir da elaboração do conceito de dissociação-valor, compreende o trabalho reprodutivo como uma dimensão do valor, mas que, não pode ser compreendido sob o mesmo viés do trabalho produtor de mercadorias. Ambas as autoras se utilizam dos referenciais e categorias do marxismo como ponto de partida e diálogo para suas teorizações, além de compreenderem a esfera da reprodução como pilar constitutivo do capitalismo.

A reprodução nas obras de Silvia Federici:

Federici, em sua obra *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo, corpo e acumulação primitiva*, se debruça sobre a questão da reprodução no momento de transição para o capitalismo. A obra, publicada pela primeira vez em 2004 nos Estados Unidos, é resultado de mais de três décadas de investigação histórica. Publicado em 2017 no Brasil, o livro vem ganhando atenção entre as feministas brasileiras. As perspectivas teóricas de Federici têm origem nos movimentos pelo assalariamento do trabalho doméstico nos EUA (Wages for Housework Campaign) no final da década de 1960, quando a autora passou a dedicar-se ao estudo do trabalho feminino no capitalismo, e cujos trabalhos escritos na época serão futuramente comentados.

No título, “mulheres, corpo e acumulação primitiva”, está indicado, respectivamente, os três marcos teóricos com que dialoga em seu livro: o feminismo, o foucaultianismo e o marxismo, dos quais nos interessa aqui apenas o primeiro e o último, na medida em que este trabalho propõe uma aproximação entre esses dois campos.

A respeito da teoria feminista, afasta-se das duas correntes mais importantes de seu período: o feminismo radical e socialista. O primeiro, conforme critica a autora, trabalhava com estruturas transhistóricas que operavam independentemente das relações de produção. O segundo, por sua vez, apesar de atentar-se a necessidade de pensar o patriarcado historicamente, continuava a entender a subordinação feminina como um resquício que seria resolvido com a introdução da mulher nas relações capitalistas de produção. O argumento da autora, no entanto, aponta que a origem da subordinação feminina no capitalismo consiste na não remuneração do trabalho feminino, o trabalho reprodutivo. Reconhecendo, assim, na esfera da *reprodução* a produção da mercadoria mais valiosa e essencial à acumulação capitalista: a força de trabalho.

As produções marxistas são um importante referencial para a autora, entretanto, as omissões em relação às mulheres e o trabalho reprodutivo foram o que motivaram a autora a repensar sua tese. Neste sentido, dedica-se a reexaminar o processo de acumulação primitiva e, mais do que isso, a importância da divisão sexual do trabalho hierarquicamente constituída para o pleno desenvolvimento do capitalismo.

Tendo como recorte a Europa no momento de ruptura com a sociedade feudal, a

derrota do projeto camponês e o início do capitalismo e, como enfoque, o ponto de vista da mulher, a obra tem como objetivo demonstrar dois argumentos primordiais. Em primeiro lugar, demonstra que a subjugação da mulher no capitalismo não é uma herança pré-moderna dos tempos das trevas, nem mesmo uma estrutura transhistórica que ainda não foi resolvida, mas que no capitalismo, o patriarcado foi reconstruído sob bases pré-existentes, configurando uma nova forma de subordinação, para atender novas necessidades e funções sociais. Condição essa que se deu a partir de um patriarcado do salário. Seu segundo argumento diz respeito à condição estruturante da subjugação feminina para constituição e funcionamento do modo de produção capitalista.

O conceito do patriarcado do salário refere-se a forma capitalista do patriarcado, que torna impossível a mulher ter seu próprio dinheiro, tornando-as dependentes de seus maridos e patrões, através do processo de expulsão das mulheres do trabalho remunerado, limitando-as ao trabalho reprodutivo. O assalariamento no início do capitalismo criou, portanto, uma hierarquia na qual a mulher ocupava o último posto. Esse estado foi constituído através da separação dos âmbitos da produção (de mercadorias) da reprodução (da força de trabalho), o qual fez possível uma acumulação ampliada através de um uso capitalista do trabalho feminino não remunerado.

É importante sublinhar que o trabalho de Federici possui um espaço e tempo determinado, a Europa no início da Era Moderna, e que em outras partes do mundo, as condições de conformação da estrutura e exploração capitalista aconteceram de forma diversa, mantendo, no entanto, uma separação sexual do trabalho, na qual a mulher ficou responsabilizada pela reprodução da vida. No Brasil e em outras partes do terceiro mundo, no entanto, a condição de trabalhadora fora de casa foi condição de existência para grande parte das mulheres negras, pobres e não pertencentes a uma elite que poderia sustentar-se sem o trabalho feminino remunerado. Nesse sentido, é imprescindível dizer, que existem materialmente distintas condições de ser mulher no mundo, mas que os fenômenos explorados pela autora, nos servem para apreender as raízes de uma exploração que condiciona o trabalho reprodutivo enquanto atividades pertencentes à natureza feminina.

Para compreender como se deu esse processo, Federici dedica várias páginas a demonstrar os meios pelos quais o trabalho reprodutivo foi naturalizado e feminilizado, a ponto de se tornar uma vocação materna, ocultando todo o valor produzido pelas mulheres. A mulher mãe, confinada ao espaço privado, também foi uma criação histórica que se deu no período de transição para a Era Moderna. A caça às bruxas, tema de grande importância na obra, revelou “um mundo de sujeitos femininos que o capitalismo precisou destruir” (FEDERICI, 2017, p. 24), para se construir um único modelo possível do feminino: a esposa, mãe, criada e obediente. Foi preciso, principalmente, tornar o corpo feminino e a reprodução um território de exploração capitalista e de controle Estatal, destituindo a mulher de qualquer controle procriativo.

Foi no século XVI que a procriação se tornou, pela primeira vez, assunto de Estado. Para garantir uma alta taxa de natalidade e para dissolver o poder que as mulheres possuíam sobre seus corpos, criou-se uma legislação que estipulava como *crimes reprodutivos* qualquer prática anticonceptiva ou abortiva, condutas que foram toleradas durante toda a Idade Média. Ademais, as gestações passaram a ser registradas e as parteiras foram substituídas por médicos homens. Consequentemente, alienou-se a

mulher de seu próprio corpo, limitando-a a uma máquina reprodutiva e dissolveu toda uma rede de conhecimento acerca do controle da procriação.

Recentemente no Brasil a Editora Elefante lançou mais um livro de Federici, *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*, que reúne uma série de artigos da autora publicados desde a década de 1970 até períodos mais recentes. O livro é dividido em três partes principais, no entanto, no deteremos aqui apenas na primeira, intitulada “Teorizando e politizando o trabalho doméstico”.

Os cinco ensaios que compõem essa parte, escritos entre 1974 e 1980, enquanto a autora participava do movimento *Wages for Housework Campaign*, têm como principais preocupações evidenciar as diferenças entre trabalho doméstico e outros trabalhos e desmascarar o processo de naturalização desse trabalho – constituído a partir de sua condição não remuneradas. Segundo a autora, “esses ensaios tentam sobretudo estabelecer como os atributos da feminilidade são na realidade funções de trabalho” (FEDERICI, 2019, p. 26). Outro aspecto importante dessa primeira parte é defender a legitimidade da campanha pelo assalariamento, combatendo os argumentos que acusam o movimento de economicismo.

Sobre os primeiros temas, ainda que este já tenha sido bastante trabalhado a partir da obra anterior, cabe acrescentar algumas reflexões. De início, a respeito da definição do trabalho reprodutivo, já na introdução Federici o caracteriza como sendo um “complexo de atividades e relações por meio das quais nossas vidas e nosso trabalho são reconstituídos diariamente” (ibidem, p. 20). Este, por sua vez, não apenas foi e tem sido historicamente delegado às mulheres, como foi “transformado em um atributo natural da psique e da personalidade feminina”, decorrendo disso sua naturalização e sua não remuneração. “O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem remuneração” (ibidem, p. 43).

O processo de ocultamento e naturalização do trabalho reprodutivo se deu a partir da conformação do próprio ideal de família moderna, no qual as mulheres foram socializadas para ver no casamento, na subserviência e no sacrifício seu único e desejado destino. A ilusão do casamento por amor cumpriu uma dupla função: 1. Garantir uma enorme quantidade de trabalho gratuito e assegurar-se de que as mulheres não lutariam contra ele, pelo contrário; 2. Disciplinar o homem trabalhador (família dependente de seu salário) dando-lhe, entretanto, “uma criada” que asseguraria que ao chegar em casa, após uma longa jornada de trabalho fora de casa, não tivesse outras demandas ou atividades². [1]

Essa conformação familiar, ainda, colocou como função feminina, não apenas as atividades físicas do trabalho reprodutivo, como as afetivas, psicológicas e sexuais em relação aos cuidados com o marido. Nesta confusão entre afeto, sexualidade e trabalho, se encontra a nebulosidade do trabalho reprodutivo. Neste sentido, argumenta que “quando falamos em trabalho doméstico, não estamos falando de um trabalho como os outros, mas sim da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora” (ibidem, p. 42).

² No caso de mulheres que sempre trabalharam fora de casa, a equação foi simplesmente resolvida com a dupla – ou tripla – jornada feminina.

É evidente que todo trabalhador no capitalismo é explorado, afinal possui relação mistificada com o capital, já que é oculta a parte não remunerada do trabalho: a mais-valia. No entanto, o salário é, de alguma forma, um reconhecimento do trabalho, no sentido do estabelecimento de um contrato social. Sendo assim, dá uma maior clareza ao significado social do seu trabalho: você o exerce para sobreviver.

A partir dessa leitura, a italiana propõe, que é justamente na não remuneração do trabalho reprodutivo que se encontra o cerne da exploração da mulher no capitalismo. Sendo assim, defende as campanhas pelo assalariamento do trabalho doméstico como sendo uma estratégia revolucionária, uma vez que: 1. Expõe as causas profundas da opressão feminina; 2. Expõe os mecanismos de divisão da classe trabalhadora. O salário *contra* o trabalho doméstico faria, não apenas com que este fosse entendido como trabalho gerador de valor, mas também obrigaria uma reestruturação da acumulação capitalista.

Deve ficar claro, no entanto, que quando lutamos por um salário, não lutamos para entrar na lógica das relações capitalistas, porque nós nunca estivemos fora delas. Nós lutamos para destruir o papel que o capitalismo outorgou às mulheres, que é um momento essencial da divisão do trabalho e do poder social dentro da classe trabalhadora, por meio do qual o capital tem sido capaz de manter sua hegemonia (ibidem, p. 47)

Por fim, em seus artigos, Federici procura colocar a mulher trabalhadora doméstica como figura central da luta de classes, procurando alargar o conceito de classe trabalhadora para processos antes ocultados e desconsiderados tanto na teoria como na prática anticapitalista. Portanto, argumenta que é preciso “ampliar a análise marxiana do trabalho não remunerado [mais-valia] para além dos limites das fábricas e, assim, compreender que a casa e o trabalho doméstico não são estranhos ao sistema fabril, mas sim a sua base”.

A reprodução em obras selecionadas de Roswitha Scholz:

Scholz é referência nos estudos de reprodução capitalista por conta de sua elaboração da teoria do dissociado do valor. Membro do grupo alemão Krisis, que possui tradição revisionista à teoria do valor de Marx, critica duramente a teoria marxista centrada no trabalho assalariado, compreendendo a categoria do *valor* como um conceito androcêntrico.

Sua primeira aproximação com teoria da dissociação-valor está contida no artigo de 1992: O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos, publicado na Revista Krisis. Mais tarde, a desenvolveu no livro O Sexo do Capitalismo: Teorias Feministas e Metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado, de 2000. Aqui nos deteremos principalmente no artigo e na primeira parte do livro acima citado, que tem como título: Sobre os conceitos de valor e dissociação de valor.

A autora se propõe a discutir os problemas de correlação entre capitalismo e patriarcado. Sobre isso, critica a solução feminista para o paradigma, na qual o trabalho doméstico é compreendido sob a mesma perspectiva do trabalho abstrato e trabalho

produtivo (produtor de valor). O trabalho abstrato, segundo a bibliografia marxista, consiste no dispêndio de energia humana alienada necessária para a produção de mercadorias, neste processo está inscrita a produção de valor. Pela quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria é determinado o seu valor. O grande problema de incluir o trabalho reprodutivo na mesma lógica do trabalho abstrato, segundo a autora, é que:

[...] semelhante aplicação do conceito de ‘trabalho produtivo’ corre ao meu ver - contra sua intenção - de abrir caminho para uma reificação ainda maior das relações sociais no plano teórico, uma vez que a “produção da vida”, [...] passa também ela a ser apreendida com categorias que se orientam pela produção de mercadorias (SCHOLZ, 1992)

O processo de produção de mercadorias no capitalismo acontece isoladamente, em propriedades privadas, para mercadores anônimos, de modo que a relação entre as coisas parece substituir a relação entre as pessoas, isto é, há uma reificação das relações pessoais. Conhecemos este fenômeno como fetichismo da mercadoria. A crítica de Scholz às feministas que utilizam do repertório marxistas e apenas o replicam para o patriarcado, coloca em evidência a reificação do trabalho reprodutivo, sendo compreendido (erroneamente) como parte do processo de produção de mercadorias. Logo, a autora nos chama a atenção para uma questão importante: nem todo trabalho, ainda que sob o capitalismo, é abstrato ou produtivo.

Aponta, ainda, um outro problema da teorização marxista: a ontologização do conceito de trabalho abstrato, que é, em realidade, um conceito histórico que só pode ser compreendido no contexto da relação de produção capitalista. Prossegue sua crítica à teoria de valor, na medida em que é sexualmente neutra, isto é, não leva em consideração o trabalho feminino ocultado na produção de mercadorias:

Continua a não se ter em conta que no sistema produtor de mercadorias também tem de ser feita a lida da casa, tem de se educar os filhos, cuidar dos doentes e incapazes etc., tarefas que habitualmente são atribuídas às mulheres e não podem ser, pelo menos exclusivamente, tratadas de modo profissional (SCHOLZ, 2000)

Neste sentido, tem-se que o trabalho reprodutivo não pode ser quantificado da mesma forma que o trabalho abstrato na teoria do valor, ou seja, pelo tempo em que foi dispendido energia humana, mas ao mesmo tempo, esse trabalho existe e é constitutivo do processo de produção capitalista. É a partir dessa contradição teórica que elabora o seu conceito de dissociação-valor:

[...] no conjunto do relacionamento social no capitalismo [...] verificase uma dissociação especificada sexualmente, mediada dialeticamente com o valor. O dissociado não é nenhum simples ‘sub-sistema’ desta forma (como por exemplo o comércio externo, o sistema jurídico ou até a política),

mas é essencial e constitutivo da relação social total (Ibidem)

Desta forma, a dissociação e o valor incidem reciprocamente sobre o outro. Está contido na dissociação, o valor, e vice versa, mas um não corresponde ao outro: estão relacionados dialeticamente. Trata-se, ainda, “de ambos os momentos centrais essenciais da mesma relação social em si contraditória e fragmentária, que devem ser compreendidos ao mesmo alto nível de abstração” (ibidem). Entretanto essa relação não é nítida. Pelo contrário, o dissociado

[...] representa o oculto da própria teoria e por isso não pode ser compreendido com o instrumental da crítica do valor. As atividades femininas de reprodução, uma vez que representam o reverso do trabalho abstrato, não podem ser simplesmente cobertas com o conceito abstrato de trabalho (ibidem)

Por fim, tanto a formação do trabalho abstrato quanto a dissociação do valor são historicamente fundantes e originárias: “não se pode ver um como criador do outro” (ibidem).

Um fator relevante de seu conceito é o caráter psicossocial e cultural do dissociado do valor. Na modernidade patriarcal não apenas foram depositadas tarefas específicas às mulheres, como também sentimentos e qualidades biologicamente determinados. Logo, argumenta que é essa dimensão psicossocial que torna “difícil distinguir com exatidão entre o que é atividade obrigatória e manifestação existencial da vida” (ibidem).

Seu programa teórico, assim, consiste em produzir uma nova compreensão da socialização capitalista, de forma a compreender a cisão provocada pelo patriarcado não como um apêndice, ou um acréscimo externo, mas como uma transformação qualitativa na própria teoria do valor, em que contenha em si mesmo, a crítica ao patriarcado.

Assim como Federici, Scholz recorre historicamente à condição feminina na Europa, procurando origens e transformações em seu papel social. Na Antiguidade, a ascensão de uma filosofia racional advinda de uma consolidação do comércio e, conseqüente, da esfera pública, associou-se, desde seu princípio, à exclusão das mulheres. Os homens precisavam da mulher como antípoda, isto é, projetavam nela tudo aquilo que estava fora da esfera pública. Desta forma, “já na antiga Atenas, a mulher era tida e havia na conta de lasciva, eticamente inferior, irracional e intelectualmente pouco dotada” (SCHOLZ, 2000).

A queda das sociedades antigas e a ascensão das tribos germânicas trouxe novidades importantes. Uma vez que as tribos germânicas não estavam estruturadas segundo o molde do valor, as mulheres ainda gozavam de uma espécie de valorização mítica. O patriarcado associado ao valor e ao comércio, portanto, teria de começar do zero a partir da Idade Média. Logo, o período medieval foi contraditoriamente marcado, portanto, pela subjugação feminina que convivia com certa autonomia no âmbito reprodutivo, como vimos com mais detalhe na obra de Federici.

A passagem para a Modernidade, em concordância com os estudos da autora italiana, é o momento da derrocada mais drástica na condição feminina. A expansão da manufatura mercantil, configurou o impulso renovado na sociedade do valor, na qual, mais uma vez, a mulher foi relegada à esfera privada. Neste momento, os corpos passam por transformações e a disciplina passa a ser a ordem do dia. Neste contexto, foi necessária uma campanha contra o feminismo, isto é, a imagem da mulher relacionada à natureza, tornando-a culpada para os impulsos não mais cabíveis em uma sociedade cada vez mais disciplinaria. Destas necessidades que se decorreu a famosa “caça às bruxas”:

A velha noção da caça às bruxas como um último estertor da "Idade das Sombras" não é de forma alguma adequada. Pelo contrário, trata-se em certa medida de um primeiro fenômeno de modernização, de um pressuposto sangrento para a ascensão moderna da racionalidade masculina. Como em toda a reviravolta histórico-social, as forças propulsoras eram contraditórias em sua ideologia. [...] Por meio da caça às bruxas, de fato, a Igreja forneceu o impulso decisivo para a destruição da antiga imagem mística do mundo, e nesse sentido foi plenamente propícia aos novos poderes e às novas ideias. Em que pese sua "animosidade ao progresso", a Igreja atuou de certa forma como um algoz a serviço da nascente modernização (ibidem).

O protestantismo, bastante presente em algumas partes da Europa, teve papel importante na formulação de uma imagem simbólica do feminino como ente natural, configurando uma nova compreensão da sensibilidade e sexualidade feminina:

O ideal luterano de mãe dona-de-casa conjugava a imagem da bruxa e da Virgem Maria. Nasceu desse encontro a imagem da burguesa domesticada, que representava por um lado, a humildade, amabilidade e a obediência e, por outro, também uma versão comedida da paixão e erotismo (ibidem)

Natureza e mulher estavam agora conectadas através do destino natural das mulheres: o casamento, a maternidade e a lida com a casa. Para além de todas suas características psíquicas condicionadas e moldadas por natureza, biologicamente: a irracionalidade, a ética, impulso ao auto sacrifício.

O século XIX foi marcado, na Europa, por uma inserção cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho e pelo surgimento de movimentos feministas que protestavam por mais direitos e inserção na esfera pública: o trabalho remunerado, o voto, a participação política, uma melhor formação cultural e acadêmica.

Nos primórdios do movimento feminista, o que estava em jogo para a grande maioria não era de modo algum a plena igualdade de direitos. A maternidade já fora internalizada como uma "vocação natural"; as supostas "diferenças entre os sexos" não deviam ser violadas. Até mesmo o objetivo social desses primeiros movimentos consistia somente no prolongamento social da feminilidade doméstica: o mundo frio e exclusivo dos homens devia ser humanizado pelo "natural sentimento materno" da mulher (ibidem)

Segundo Scholz, a situação das mulheres proletárias era outra: sua domesticação ocorreu em menor medida. Entretanto, as formas de existência femininas do mundo agrário foram destruídas, dando lugar ao nefasto trabalho nas fábricas. Essa situação agravou-se principalmente no período da Primeira Guerra Mundial que, com a saída dos homens para os campos de batalhas, as mulheres atingiram o auge da inserção no mercado de trabalho. Entretanto, é preciso sublinhar que a condição de trabalhadora da mulher não excluiu a subjugação hierárquica da mulher, depois da Grande Guerra as mulheres foram as mais atingidas pelo desemprego, nem sua obrigação para com o trabalho reprodutivo, ainda compreendido como tarefa natural da mulher.

As décadas de 70 e 80 são um novo divisor de águas para a autora, na medida em que a cisão homem-mulher irrompe, ao seu ver, através da suposta obsolescência da forma do trabalho abstrato, polêmica qual não vamos no deter. Cabe apenas dizer que, nesse sentido, sua formulação teórica se encontraria numa conjuntura favorável para pensar o patriarcado como tal, uma vez que, com o trabalho não mais sendo o eixo primordial da estrutura econômica, este poderia vir ao centro da cena, tornando a questão feminina na problemática global da sociedade. A superação das relações sociais pautadas pelo valor é, antes de mais nada, a superação das cisões patriarcais que se encontram na base da relação social capitalista. Em suas palavras:

A superação do patriarcado é, ao mesmo tempo, a superação da forma fetichista da mercadoria, pois esta é o fundamento da cisão patriarcal. O objetivo revolucionário seria, portanto, um grau mais elevado de civilização, no qual homens e mulheres sejam capazes de fazer pelas próprias mãos sua história, para além do fetichismo e de suas atribuições sexuais (ibidem).

Reprodução, trabalho e valor: considerações finais:

Ambas as autoras reconhecem a reprodução social enquanto trabalho oculto e que é justamente no ocultamento dessa relação social que se encontram as raízes da opressão feminina no capitalismo. A condição de trabalhadora, coloca essas mulheres – que há muitos anos vêm realizando a reprodução social – como representantes legítimas da classe trabalhadora, impondo novos meios de luta anticapitalista.

Em ambas as teorizações se torna flagrante a relação intrínseca entre os processos de valorização e criação de valor no capitalismo com o trabalho reprodutivo, ou ainda, da necessidade do trabalho reprodutivo não remunerado como um pilar de sustentação do sistema capitalista, deixando evidente que as mulheres trabalhadoras de seus lares nunca estiveram fora das relações sociais capitalistas. Divergem, no entanto, em relação a natureza deste trabalho: seria produtor de valor ou não? Ou, ainda, a própria categoria de valor seria insuficiente para apreender o fenômeno?

Quanto a isso, tomemos a seguinte situação: um homem adulto que chega para trabalhar de operário em uma fábrica em algum país da Europa no início do século XX. Seu salário, em consonância com a teoria marxista, corresponde a quantia necessária para a subsistência familiar. O que não se leva em conta, no entanto, é que o que permitiu a conformação desse indivíduo enquanto mão de obra, foi um trabalho longo,

oculto e não remunerado, historicamente exercido por mulheres: mães, avós e irmãs que trabalham em casa permitindo a reprodução social da mão de obra. Teria no operário trabalho objetivado e, portanto, valor? Ou a compreensão da reprodução como produtora de valor (força de trabalho) seria uma inversão fetichista de uma outra relação social?

As correlações entre a reprodução social e a teoria de valor de Marx ainda estão longe de estarem esgotadas e merecem novas investigações e reflexões em pesquisas futuras. Este balanço tem apenas a intenção de apresentar duas teorias em voga no momento presente, propondo uma aproximação do campo marxista com o tema e, também, uma aproximação do feminismo com o marxismo.

Por último, investigar as formas de subjugação feminina na sociedade contemporânea é compreender de forma mais global as dinâmicas perversas do capitalismo, que coloniza e explora nossos corpos. O trabalho reprodutivo, está no cerne dessa subjugação e, por isso, deve ser objeto de estudo o em todos os espaços de escopo marxista e anti capitalista, para tanto, Federici e Scholz nos apontam caminhos e abordagens essenciais para discussão.

Referências bibliográficas:

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. O Ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.

SCHOLZ, Roswitha. O Sexo do Capitalismo: Teorias Feministas e Metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado [excertos]. 2000. Disponível em: http://www.obecoonline.org/roswitha_scholz6.htm .

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. Revista Krisis nº 12, 1992, p. 19-52. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rst1.htm>.